

TERMO DE REFERÊNCIA

Obra: Reforma do Centro de Esportes – Mineirão

DADOS GERAIS

Local: Rua Rodolfo Mallard, Centro, N°: 598, Buritizeiro – MG

1. Objeto

A proposta é viabilizar a Reforma do Centro de Esportes, localizado no município de Buritizeiro. A referida obra é essencial para o desenvolvimento social da população, com intuito de proporcionar um ambiente de lazer e pratica de esportes.

2. Fundamentação do Processo

Os prédios das unidades esportivas precisam constantemente de manutenção. O referido centro de práticas esportivas possui uma edificação antiga, nas quais apresenta patologias que precisam ser corrigidas, a fim de melhorar toda a sua estrutura proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores, bem como proporcionar lazer com mais qualidade ao usufruir de um ambiente confortável e aconchegante. Esta é uma demanda solicitada por servidores e esportistas que fazem uso constante das instalações internas.

A unidade caracteriza-se por atender esportistas de todo perímetro urbano. O espaço permite o atendimento de forma coletiva, que abrange a promoção de prática de esportes e socialização. Para isso, a edificação conta com os seguintes ambientes:

- Galpão com quadras
- Banheiros
- Bilheteria
- Cabine de transmissão
- Campo gramado

- Vestiários e adjacentes

3. Localização da Obra

Rua Rodolfo Mallard, Centro, N°: 598, Buritizeiro – MG

4. Garantia dos Serviços

Executar os serviços de acordo com as normas técnicas da ABNT e NBR. Garantir que todas as informações levantadas e documentadas sobre os serviços executados, sendo a CONTRATADA passível ser responsabilizada civil e penalmente por eventuais danos causados que ocorrerem a terceiros quando na execução dos serviços ocorrer culpa ou dolo na conduta dos seus subordinados inerentes aos serviços prestados.

5. Responsabilidades da Contratada

- A empreiteira deverá apresentar um plano de trabalho que atenda as exigências deste memorial descritivo, no que tange prazos de execução das tarefas contidas no cronograma físico-financeiro, cronograma de compra dos materiais especificados, de forma a antever os prazos de sua aplicação na obra;
- Deverá estar atenta aos serviços previstos no cronograma físico-financeiro para cada etapa/mês, afim de evitar descompasso entre o previsto e realizado, evitando assim trazer prejuízo para o bom andamento das obras e por consequência as penalidades previstas no contrato de licitação;
- Deverá fazer uso obrigatório dos E.P.I e E.P.C na obra, de acordo com a Lei 6.514 de 22/12/77 e das normas regulamentadoras aprovadas pela Portaria 3.214 de 08/06/78, inclusas na C.L.T., sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização e o seu não atendimento, se observado pela fiscalização da

contratante, será anotado do diário de obras e notificado a empresa, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato de licitação;

- Deverá ter em local visível e sinalizado o “Diário de Obras”, para que nele sejam apontadas as ocorrências do dia, de forma a resguardar o andamento legal das obras;
- Deverá manter os projetos e Anotação de responsabilidade técnica (ART) ASSINADA em local acessível, visível de forma a facilitar a conferência dos serviços em execução, além de atender norma específica da GRS;
- Deverá manter um ou mais encarregado no quadro fixo da empresa, visando o apoio à execução de todas as tarefas em conformidade com os projetos e atender prontamente as visitas da fiscalização, sob pena de ter a sua falta anotada no “Diário de Obras”; Obrigatoriedade de cadernos de ocorrências.
- Deverá ter em seu quadro fixo da empresa, um engenheiro como responsável técnico específico para as obras, devendo nela permanecer de forma a acompanhar a execução de todos os serviços previstos, mitigando assim, erros e retrabalhos, além de acompanhar a fiscalização por parte da contratante;
- Realizar as obras em conformidade com o projeto arquitetônico, considerando sempre a leitura deste memorial descritivo e atentando para o uso dos materiais especificados, sabendo desde já que o uso de materiais que não atendem rigorosamente as Normas Técnicas Brasileiras, juntamente com o seu processo de execução/instalação/aplicação, poderá incorrer em falta grave, gerando a remoção e refazimento dos trabalhos, sob pena de advertência e aplicação de multa prevista no contrato de licitação;
- A empreiteira deverá atentar sempre para as normas previstas no RDC-50, em sua última versão, mesmo, com indicação diversa neste memorial descritivo ou projeto arquitetônico e, divergências encontradas, deverá acionar imediatamente o Departamento de Fiscalização, sabendo que, desde já a empresa não será eximida de responsabilidade por omissão;
- Organizar o canteiro de obras, atendendo os dispostos em norma e, não dispondo de espaço suficiente para acomodação total do canteiro, a empresa deverá dispor de canteiro remoto, sob sua responsabilidade e custo, sabendo se desde já que a organização e funcionalidade do canteiro será objeto

constante da fiscalização, que ordenará, se for necessário a desativação de parte da sua estrutura, devendo esta empresa providenciar outro local, para implementar os trabalhos, estoques e o que estiver contrapondo este item;

- Caso, por motivo de força maior, seja necessário a substituição de profissional técnico, a Contratada deverá encaminhar imediatamente (sob o prazo de 3 dias) outro profissional atribuição e acervo equivalente. A substituição deve estar em comum acordo e, se passando mais de 15 dias, o profissional substituto deverá fazer a emissão de Anotação de responsável técnico.
- A tratativa da fiscalização será direcionada ao profissional técnico responsável pela execução, não sendo a Contratante obrigada a fazer a tratativa com gestores e/ou encarregados.

6. Obrigações da Contratante

6.1. A contratante fornecerá os projetos básicos necessários para a execução da obra.

6.2. Facilitará por todos os meios o exercício das funções da contratada, fornecendo informações técnicas bem como esclarecimento por parte da equipe de engenharia a eventuais observações que se fizerem necessário.

6.3. Fiscalizará o andamento da construção da obra através dos profissionais da equipe de engenharia, avaliando quaisquer problemas ou irregularidades encontradas.

7. Qualificações da Empresa

7.1 Qualificações Técnicas

A Licitante deverá possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de Certificado de Acervo Técnico, emitido pelo CREA – Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, na modalidade Engenharia Civil e respectivos atestados de responsabilidade técnica fornecidos por pessoa jurídica de

direito público ou privado por execução e/ou coordenação de serviços de características semelhantes às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, com descrição e quantidades descritas nos quadros abaixo:

A comprovação de que esse profissional indicado pertence ao quadro permanente da empresa se fará através de um dos documentos a seguir relacionados:

- a) Ficha de registro de trabalho, autenticado junto a DRT (Delegacia Regional do Trabalho);
- b) Contrato de trabalho;
- c) CTPS (carteira de trabalho e previdência social);
- d) Contrato de prestação de serviços autônomos em plena vigência;
- e) Em se tratando de sócio, esta comprovação deverá ser feita pelo Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente;

7.1.1. Certidões a serem apresentadas:

- a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica na entidade profissional competente;
- b) Certidão de acervo técnico, compatível com a área de serviços a serem executados.

8. Medições e Pagamentos

As medições deverão ser executadas mensalmente, devendo a CONTRATADA apresentar as propostas de medição à FISCALIZAÇÃO até o dia 10 de cada mês, para aferição. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após o ateste de cada medição, de acordo com os preços unitários ganhadores do certame.

9. Prazos

O prazo de execução será de 180 dias a partir da assinatura da ordem de serviço.

10. Fiscalização dos Serviços

Os serviços serão fiscalizados pelos fiscais que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano determinar para esta avaliação.

11. Considerações Finais

Este projeto básico tem como objetivo principal demonstrar os preceitos técnicos fundamentais para um bom andamento do certame bem como da execução do objeto, não restringindo à CPL (Comissão Permanente de Licitação) na utilização de quaisquer outros documentos, certidões, procedimentos, etc, que entender convenientes.

Fazem parte deste Projeto básico os seguintes anexos:

- I – Memoriais Descritivos dos Serviços;
- II – Memória de cálculo;
- III – Cálculo do BDI;
- IV – Planilha Orçamentária;
- V – Cronogramas Físico Financeiro;
- VI – Projetos;



Joyce Oliveira da Silva
Engenheira civil
CREA-MG: 328.964/D

Pedro Henrique Soares Braga
Prefeito Municipal

